



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00000500/2024-83

Assunto: Pedido de informação - Protocolo SIC.SP nº 31469241576

SECRETARIA: Secretaria da Educação

EMENTA: Pedido de acesso aos contratos, convênios, acordos, termos de cooperação e/ou parcerias firmados entre a Secretaria de Educação e a empresa McKinsey & Company Inc., de 2011 a 2020. Inovação recursal. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00041/2024

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Educação, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão: (i) prestou esclarecimentos acerca do pedido realizado; (ii) informou que *"pelo fato de não haver repasse de recursos entre a sociedade civil organizada e a Secretaria da Educação para execução do Programa Educação Compromisso de São Paulo, nos termos do Decreto nº 57.571, de 2 de dezembro de 2011, entendia-se que não havia obrigatoriedade de formalização da parceria, dada a previsão no respectivo Decreto"*; (iii) destacou que não se estabeleceu parceria entre a empresa McKinsey & Company Inc. e a Secretaria de Educação; (iv) explicou que só após a publicação da Lei 14.019/2014 (Lei das Parcerias) a Seduc passou a formalizar as parcerias não onerosas por meio de Acordos de Cooperação e (v) disponibilizou o endereço eletrônico para acesso aos acordos mais recentes. Insatisfeito, o interessado interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 20, do Decreto nº 68.155, de 09 de dezembro de 2023, formulando um novo pedido: *"Tendo em vista que, entre 2011 e 2012, foi firmada uma parceria não formalizada, embasada no Decreto nº 57.571, da SEDUC com a empresa McKinsey & Company Inc., a fim de "realizar um amplo diagnóstico da situação da pasta", solicito acesso ao referido diagnóstico que foi resultado deste trabalho."*
3. Em análise do caso concreto verifica-se que o requerente inovou em segundo grau recursal realizando um pedido adicional relativo às informações fornecidas que, embora esteja diretamente relacionado ao seu objeto, traz consigo novos elementos que extrapolam o escopo do pedido inicial.
4. Nesse sentido, vale destacar que a alteração do objeto do pedido de acesso ao longo dos recursos caracteriza-se como inovação recursal e que o órgão não é obrigado a responder os novos pedidos, uma vez que os recursos são destinados à discussão dos motivos da negativa de acesso original.
5. Assim, considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, estando ausente o pressuposto recursal da negativa de acesso previsto no artigo 20 do Decreto nº 68.155/2023.

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 08 de março de 2024.

Valmir Gomes Dias

Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 08/03/2024, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador

0021391685 e o código CRC **AC11B765**.